

Levantamento de Governança de TI 2010

Resultado retornado para a instituição respondente:
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO/PB

Tipo de Instituição: Justiça
Segmento: JUD



Este documento foi classificado pelo Tribunal de Contas da União como “restrito”, destinado apenas à administração superior da instituição à qual se refere e para uso interno do TCU.

Conteúdo

INTRODUÇÃO	3
PERFIL DOS RESPONDENTES	4
PRIMEIRA PARTE	5
Análise do Índice de Governança de TI.....	5
Índice de Governança de TI (iGovTI) da Instituição	6
Médias do iGovTI por tipo de instituição.....	7
Médias do iGovTI por segmento	7
Média geral do iGovTI	8
Distribuição das instituições por estágios do iGovTI	8
SEGUNDA PARTE.....	9
Comparativo 2007 e 2010	9
Respondentes por segmento nas questões comparativas 2007 e 2010	9
Evolução do perfil de governança de TI de 2007 a 2010	13
TERCEIRA PARTE	14
Respostas da instituição em 2010 e médias do segmento e todos	14
Dependência de Terceiros na Gestão de TI.....	20
Índice de Terceirização do Pessoal de TI.....	21
Índice de utilização de pregão	29
Índice de adesão a registro de preços	30

INTRODUÇÃO

O Acórdão nº 2.308/2010-TCU-Plenário determinou a remessa, para cada respondente do “Levantamento de Governança de TI 2010”, de relatório contendo os resultados da instituição, além de comparativos gerais e com instituições similares. O objetivo principal é retroalimentar as instituições participantes com informações úteis para o planejamento institucional no que se refere ao uso e gestão de tecnologia da informação.

Este documento contém as respostas fornecidas pela instituição e a análise dos dados consolidados de todos os participantes, o que permitirá à instituição comparar sua atuação (quanto a estratégias, políticas e processos relativos à Governança de TI) com o desempenho médio das instituições congêneres no mesmo segmento de negócio e também com outros segmentos da Administração Pública Federal.

Os comparativos aqui disponibilizados podem constituir valioso critério para orientar a priorização de ações de melhoria na Governança de TI institucional.

É importante registrar que o resultado institucional aqui apresentado (iGovTI e outros índices) fundamentou-se, até esta data, apenas nas respostas declarativas das instituições, obtidas por meio do questionário do levantamento. No entanto, também por determinação contida no acórdão supra, as informações continuarão a ser atualizadas pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação – Sefti com base em dados complementares ou à medida que se obtenham evidências que possam ensejar mudanças em algum aspecto avaliado.

Informações adicionais acerca deste levantamento e de outros temas relacionados com a governança de TI estão disponíveis na página da Sefti em: www.tcu.gov.br/fiscalizacaoti.

PERFIL DOS RESPONDENTES

Ao todo, duzentas e sessenta e cinco instituições responderam ao questionário do “Levantamento de Governança de TI 2010” no prazo, incluídas as prorrogações. ^[1]

Com vistas a facilitar a análise das informações, os respondentes foram divididos nos seguintes segmentos da Administração Pública Federal: EXE-Dest, abrangendo as empresas públicas federais e as sociedades de economia mista; EXE-Sisp, abrangendo as instituições que fazem parte do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (Sisp); JUD, abrangendo as instituições que fazem parte do Poder Judiciário; LEG, abrangendo as instituições que fazem parte do Poder Legislativo; e MPU, abrangendo as instituições que fazem parte do Ministério Público da União (MPU).

Quanto à classificação por “Tipo de Organização”, fazem-se as seguintes observações:

- os tipos utilizados são apenas parcialmente compatíveis com os utilizados no sistema [Siorq](#). Usam-se também tipos referentes à atividade comercial e outros;
- as instituições classificadas em um tipo mais especializado (ex: bancos) não estão computadas em um tipo mais genérico (ex: sociedade de economia mista);
- a escolha dos tipos decorreu principalmente das necessidades de trabalho da Sefti.

A tabela abaixo mostra a distribuição dos respondentes do levantamento 2010 por segmento e tipo de organização:

Segmento	Qtde. no segmento	Tipo de Organização	Qtde. no Tipo
EXE-Dest	56	Bancos	5
		Soc. econ. mista ou empresa pública	51
EXE-Sisp	166	Agências	11
		Autarquias	22
		Descentralizado (Adm. Direta)	2
		Específico Singular (Adm. Direta)	7
		Fundações	17
		Ministérios	26
		Órgãos executivos (Adm. Direta)	25
		Unidades de Pesquisa (Adm. Direta)	1
		Universidades e faculdades	55
JUD	65	Justiça	65
LEG	3	Legislativo	3
MPU	5	Ministério Público	5
outros	6	Organizações sociais	6
Total	301		301

Tabela 1. Distribuição dos respondentes por segmento e tipo

PRIMEIRA PARTE

Análise do Índice de Governança de TI

O “Levantamento de Governança de TI 2010” teve como um de seus objetivos estabelecer indicadores que permitam à Sefti acompanhar a evolução ocorrida no período entre dois levantamentos e comparar desempenhos entre instituições e setores governamentais. Busca-se, dessa forma, subsidiar os processos de planejamento de ações de controle do TCU e também fornecer parâmetros que permitam às próprias instituições avaliadas melhor direcionar esforços para alavancar a governança de sua TI.

Além de indicadores parciais, voltados para a medição do resultado alcançado por cada instituição em assuntos específicos (ex: processos, gestão de pessoas, etc.), sentiu-se a necessidade de uma escala que refletisse a situação global da instituição quanto à governança de sua TI, tanto em termos dos conceitos já lançados pelo TCU no levantamento anterior, como em termos dos aspectos considerados mais importantes na gestão pública brasileira. Para isso, a Sefti criou fórmula própria que, aplicada às respostas de uma instituição ao questionário do levantamento, resulta num valor que varia de 0 a 1.

A métrica de governança adotada, denominada iGovTI, combina elementos de três fontes: (a) o Cobit 4.1, modelo de “boas práticas” adotado mundialmente para avaliação de governança de TI; (b) o Gespública, programa governamental adotado no Brasil como modelo de excelência em gestão pública; (c) As deliberações do Acórdão nº 1.603/2008-TCU-Plenário, que tratou do levantamento de governança realizado pelo TCU em 2007.

De modo geral, o cálculo do iGovTI considera três níveis de consolidação:

- a ponderação das subquestões do questionário dentro de uma questão, gerando um número que varia de zero a um e que representa o grau de aderência da instituição à boa prática ou ao requisito legal que é objeto da questão;
- a ponderação das questões dentro de uma dimensão de avaliação, segundo o Gespública, gerando um número decimal que varia de zero a um e que representa o grau de governança na respectiva dimensão. Ressalte-se que, para compor o iGovTI, foram escolhidas somente as dimensões “1.Liderança”, “2.Estratégias e Planos”, “6.Pessoas” e “7.Processos”, pois o aprofundamento do questionário nessas dimensões foi maior. Assim, as dimensões “3.Cidadão”, “4.Sociedade” e “5.Informação e conhecimento” não foram consideradas no cálculo do iGovTI e serviram apenas para estudos exploratórios neste levantamento;
- a ponderação final dos valores encontrados para as dimensões “1.Liderança”, “2.Estratégias e Planos”, “6.Pessoas” e “7.Processos”, conforme os pesos previstos no Gespública para o exercício 2009/2010, que são, respectivamente: cento e dez, sessenta, noventa e cento e dez pontos.

Para fins de comparação, foi necessário também classificar as instituições segundo níveis ou estágios de governança. Para tanto, a Sefti, com base nas fontes acima, definiu critérios mínimos para classificar a governança de TI como “intermediária” e como “aprimorada”.

Foram definidos os seguintes estágios e respectivos limites:

- iGovTI de 0 a 0,39 – considera-se em estágio INICIAL de governança de TI;
- iGovTI de 0,40 a 0,59 - considera-se em estágio INTERMEDIÁRIO;
- iGovTI a partir de 0,60 - considera-se em estágio APRIMORADO.

Informações detalhadas sobre o método de cálculo do iGovTI estão disponíveis nas notas ^[2] ao final deste documento.

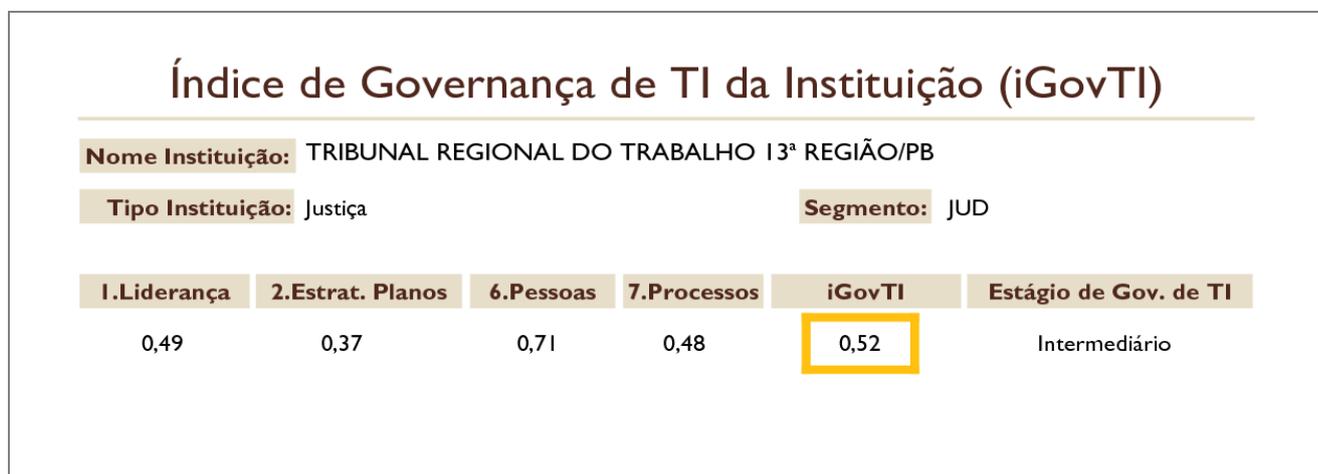


Figura 1. Índice de Governança de TI (iGovTI) da Instituição

Resumo do iGovTI por tipo de instituição

Tipo de Instituição	Nº instituições	Média de iGovTI	Desvio Padrão
Agências	11	0,36	0,14
Autorquias	22	0,40	0,11
Bancos	5	0,64	0,13
Descentralizado (Adm. Direta)	2	0,28	0,15
Específico Singular (Adm. Direta)	7	0,27	0,14
Fundações	17	0,31	0,10
Justiça	65	0,42	0,09
Legislativo	3	0,43	0,17
Ministério Público	5	0,40	0,10
Ministérios	26	0,39	0,10
Organizações sociais	6	0,37	0,11
Órgãos executivos (Adm. Direta)	25	0,34	0,18
Soc. econ. mista ou empresa pública	51	0,41	0,15
Unidade de Pesquisa (Adm. Direta)	1	0,36	
Universidades e faculdades	55	0,34	0,08

Figura 2. Médias do iGovTI por tipo de instituição

Resumo do iGovTI por Segmento

Segmento	Nº instituições	Média de iGovTI	Desvio Padrão
EXE-Dest	56	0,44	0,16
EXE-Sisp	166	0,35	0,12
JUD	65	0,42	0,09
LEG	3	0,43	0,17
MPU	5	0,40	0,10
outros	6	0,37	0,11

Figura 3. Médias do iGovTI por segmento



Figura 4. Média geral do iGovTI

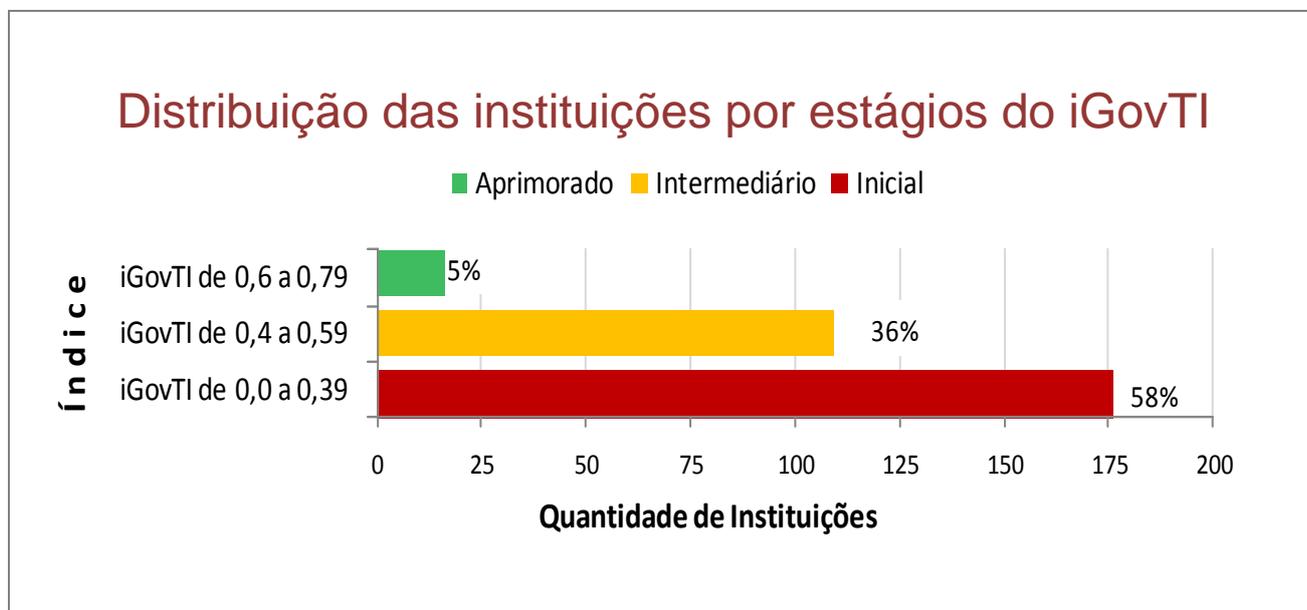


Figura 5. Distribuição das instituições por estágios do iGovTI

SEGUNDA PARTE

Comparativo 2007 e 2010

As comparações a seguir consideram somente as instituições que responderam aos dois levantamentos (em 2007 e 2010). O número de respondentes nessa situação era de duzentos e vinte e três na data em que o relatório técnico foi encaminhado pela Sefti ao Ministro-Relator.

A figura abaixo mostra a distribuição dessas instituições por segmento da Administração Pública Federal:



Figura 6. Respondentes por segmento nas questões comparativas 2007 e 2010

É importante esclarecer que, no levantamento de 2010, as instituições não responderam diretamente às questões apresentadas nos comparativos a seguir. As perguntas formuladas no questionário de 2007 eram diferentes daquelas formuladas no questionário de 2010, razão por que foram estabelecidas regras de conversão das questões, de forma a possibilitar análise de evolução da governança de TI no período.

O método utilizado para converter as questões está descrito nas notas ^[3] localizadas ao fim deste documento.

Cumprе ressaltar ainda que, para algumas questões, a queda acentuada nos índices de conformidade observada no período foi diagnosticada não como retrocesso, mas como consequência do melhor entendimento da Administração sobre as perguntas formuladas em 2010, obtendo-se resultados mais realistas. Por exemplo, a pergunta acerca do processo formal de contratação, em 2007, buscava obter informações acerca de instituições que haviam disciplinado os procedimentos a serem empreendidos até o momento da celebração do contrato. Entretanto, avalia-se que, naquele levantamento, essa questão não foi bem compreendida por diversas instituições, que responderam positivamente considerando normas gerais, como a própria Lei de Licitações, como sendo seu processo de trabalho.

As seguintes questões do comparativo encontram-se na situação acima exposta:

- *23. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formal na contratação de bens e serviços de TI ?*
- *25. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de negócio do Órgão/Entidade e não somente em termos de TI?*
- *28. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formal na gestão de contratos de bens e serviços de TI ?*



Evolução do Perfil de Governança de TI de 2007 a 2010

Questão	Resultado da Instituição		Percentual de instituições com resultado = "Sim"						
			Justiça			Todos			
	2007	2010	2007	2010	Evol%	2007	2010	Evol%	
1. Há planejamento institucional em vigor?	Não	Sim	43%	97%	53%	53%	79%	26%	●
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor?	Não	Não	42%	20%	-22%	41%	39%	-2%	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI?	Sim	Não	40%	33%	-7%	32%	31%	-1%	
4. Há servidores/empregados do quadro que atuam na área de TI desse Órgão/Entidade?	Sim	Sim	100%	100%	0%	96%	95%	-1%	
5. Há funções comissionadas de direção e assessoramento na área de TI?	Sim	Sim	100%	100%	0%	89%	95%	6%	
6. O órgão/Entidade conhece o grau de formação das pessoas que atuam na área de TI?	Sim		98%			95%			
7. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade?	Sim	Sim	80%	97%	17%	43%	79%	35%	●
8. São consideradas as competências gerenciais, técnicas e resultados produzidos anteriormente na seleção de pessoas para funções comissionadas na área de TI?	Não	Sim	53%	78%	25%	40%	79%	39%	●
9. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação?	Sim	Sim	47%	63%	17%	37%	42%	5%	
10. Existe Plano de Continuidade de Negócios em vigor?	Não	Não	5%	5%	0%	12%	4%	-9%	
11. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor?	Não	Sim	30%	55%	25%	36%	36%	0%	
12. É feita classificação de informações?	Não	Sim	5%	3%	-2%	20%	12%	-9%	
13. É efetuada Análise de Riscos na área de TI?	Sim	Sim	38%	13%	-25%	25%	15%	-10%	
14. Existem procedimentos definidos que disciplinem o controle de acesso (lógico e físico) a recursos computacionais?	Não		37%			51%			
15. Existe uma área específica para gerência de incidentes de segurança?	Não	Não	25%	13%	-12%	24%	25%	1%	

Obs.: As questões em cor cinza não possuem pergunta(s) equivalente(s) no questionário do levantamento de 2010



Evolução do Perfil de Governança de TI de 2007 a 2010

Questão	Resultado da Instituição		Percentual de instituições com resultado = "Sim"					
			Justiça			Todos		
	2007	2010	2007	2010	Evol%	2007	2010	Evol%
16. O Órgão/Entidade oferece serviços transacionais via Internet, ou seja, prestação de serviço que pode ser executado do início ao fim pela Internet com troca bidirecional de informações entre o Órgão/Entidade e o cliente?	Sim		78%			76%		
17. É efetuada a gestão de mudanças?	Não	Não	3%	7%	3%	12%	18%	6%
18. É efetuada a gestão de capacidade e compatibilidade das soluções de TI do Órgão/Entidade?	Não	Não	7%	3%	-3%	15%	6%	-9%
19. O desenvolvimento de sistemas segue alguma metodologia?	Sim	Sim	42%	35%	-7%	49%	50%	1%
20. O Órgão/Entidade possui e mantém inventário dos principais sistemas informatizados e suas bases de dados?	Sim	Sim	82%	23%	-58%	85%	40%	-45% ●
21. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes?.	Não	Não	8%	7%	-2%	11%	17%	6%
22. É efetuada a gestão dos níveis de serviço acordados para os serviços de TI prestados ao Órgão/Entidade?	Não	Sim	23%	30%	7%	26%	26%	0%
23. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formal na contratação de bens e serviços de TI ?	Não	Não	58%	13%	-45%	54%	15%	-39% ●
24. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI é feita análise de custo/benefício da solução a ser contratada?	Não	Sim	58%	38%	-20%	53%	52%	0%
25. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de negócio do Órgão/Entidade e não somente em termos de TI?	Sim	Não	65%	30%	-35%	60%	43%	-18% ●
26. O Órgão/Entidade utiliza mais de uma fonte na elaboração da estimativa de preços das licitações de TI?	Sim	Sim	87%	83%	-3%	86%	82%	-4%
27. É exigido o demonstrativo de formação de preço antes da adjudicação?	Não		40%			51%		

Obs.: As questões em cor cinza não possuem pergunta(s) equivalente(s) no questionário do levantamento de 2010

Evolução do Perfil de Governança de TI de 2007 a 2010

Questão	Resultado da Instituição		Percentual de instituições com resultado = "Sim"						
			Justiça			Todos			
			2007	2010	Evol%	2007	2010	Evol%	
28. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formal na gestão de contratos de bens e serviços de TI?	Não	Sim	52%	37%	-15%	46%	30%	-16%	•
29. Há designação formal do gestor de cada contrato relativo a bens e serviços de TI?	Sim	Sim	80%	92%	12%	79%	91%	13%	•
30. Há realização de reunião periódica com o contratado para avaliar o andamento de cada contrato relativo a bens e serviços de TI?	Não		25%			36%			
31. Há verificação de itens pré-definidos que embasem a atestação técnica dos bens e serviços de TI contratados referentes a cada fatura apresentada?	Não		47%			52%			
32. A monitoração administrativa dos contratos relativos a bens e serviços de TI é feita pela Área de TI?	Não	Não	62%	57%	-5%	55%	53%	-2%	
33. É feita monitoração técnica dos contratos relativos a bens e serviços de TI? Quantos funcionários realizam esta atividade? Quantos contratos relativos de bens e serviços de TI estão em vigor?	Sim	Sim	90%	100%	10%	91%	98%	7%	
34. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	Não		47%			43%			
35. A solicitação do orçamento para a área de TI, encaminhada em 2006, foi feita com base nas ações da área de TI planejada para 2007?	Sim	Sim	78%	95%	17%	62%	85%	23%	•
36. No 1º trimestre de 2007 foi feita a alocação orçamentária às ações constantes do planejamento de TI?	Sim		55%			49%			
37. Ao longo do exercício financeiro há controle dos gastos e da disponibilização orçamentária?	Sim	Sim	87%	100%	13%	83%	89%	6%	
38. O Órgão/Entidade possui equipe própria para realizar auditorias de TI?	Não		8%			19%			
39. Foi realizada alguma auditoria de TI nos últimos cinco anos no Órgão/Entidade?	Não	Sim	28%	53%	25%	40%	50%	10%	•

Obs.: As questões em cor cinza não possuem pergunta(s) equivalente(s) no questionário do levantamento de 2010

Figura 7. Evolução do perfil de governança de TI de 2007 a 2010

TERCEIRA PARTE

Respostas da instituição em 2010 e médias do segmento e todos

1. LIDERANÇA

1.1 Em relação à estrutura de governança, a Alta Administração da instituição:

Opções	Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
Responsabiliza-se pelo estabelecimento e pelo cumprimento das políticas de gestão e uso corporativos de TI.	<input checked="" type="checkbox"/>	45%	48%
Designou formalmente um Comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.	<input checked="" type="checkbox"/>	54%	50%
Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.	<input checked="" type="checkbox"/>	42%	37%
Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.	<input type="checkbox"/>	28%	21%
Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.	<input type="checkbox"/>	14%	18%

1.2 Em relação ao desempenho organizacional na gestão e no uso de TI, a Alta Administração da instituição:

Opções	Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
Estabeleceu objetivos (diretrizes) de desempenho de gestão e de uso corporativos de TI.	<input checked="" type="checkbox"/>	62%	44%
Estabeleceu indicadores de desempenho de gestão e de uso corporativos de TI.	<input type="checkbox"/>	51%	24%
Recebe e avalia regularmente informações sobre o desempenho relativo à gestão e ao uso corporativos de TI.	<input checked="" type="checkbox"/>	22%	28%
Acompanha os indicadores de benefício dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de benefício não são atingidas.	<input type="checkbox"/>	6%	14%
Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.	<input type="checkbox"/>	25%	34%

1.3 Em relação ao desenvolvimento interno de gestores de TI, a Alta Administração da instituição:

Opções	Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
Provê política de desenvolvimento de gestores de TI.	<input type="checkbox"/>	26%	24%
Prioriza (>75%) o preenchimento das funções gerenciais com pessoas do quadro efetivo permanente da própria instituição.	<input checked="" type="checkbox"/>	89%	63%
Implementa programa de acompanhamento de desempenho gerencial.	<input checked="" type="checkbox"/>	18%	16%
Escolhe os gestores de TI fundamentalmente com base em suas competências (p.ex. desempenho profissional, experiência, formação acadêmica etc.)	<input checked="" type="checkbox"/>	78%	79%
Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.	<input type="checkbox"/>	2%	8%

1.4 Foi realizada alguma auditoria de TI por iniciativa da própria instituição nos últimos três anos? Em que áreas?

Opções	Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
Não foi realizada auditoria de iniciativa da própria instituição nos últimos três anos.	<input type="checkbox"/>	51%	54%
Auditoria de dados.	<input type="checkbox"/>	5%	14%
Auditoria de segurança da informação.	<input checked="" type="checkbox"/>	22%	25%
Auditoria de contratos de TI.	<input type="checkbox"/>	25%	28%
Auditoria de sistemas de informação.	<input type="checkbox"/>	15%	21%
Auditoria de governança de TI.	<input type="checkbox"/>	6%	10%
Outra(s).	<input checked="" type="checkbox"/>	9%	8%

2. ESTRATÉGIAS E PLANOS

2.1 Em relação ao processo de planejamento estratégico institucional, marque a opção que melhor descreve a sua instituição:

Opções	Sua Resposta	Segmento JUD	Todos
A instituição não executa um processo de planejamento estratégico institucional.	<input type="radio"/>	2%	10%
A instituição desenvolve planos estratégicos, mas não de maneira periódica.	<input type="radio"/>	2%	12%
A instituição executa um processo periódico de planejamento, embora este não esteja formalmente instituído.	<input type="radio"/>	0%	18%
O processo de planejamento estratégico institucional é formalmente (aprovado e publicado) instituído.	<input type="radio"/>	38%	26%
O processo de planejamento estratégico institucional formal é acompanhado segundo indicadores e metas estabelecidos.	<input checked="" type="radio"/>	48%	22%
O processo de planejamento estratégico institucional formal é aperfeiçoado continuamente com base na análise de seus indicadores.	<input type="radio"/>	11%	13%

2.2 Em relação ao processo de planejamento estratégico de TI, marque a opção que melhor descreve a sua instituição:

Opções	Sua Resposta	Segmento JUD	Todos
A instituição não executa um processo de planejamento estratégico de TI.	<input type="radio"/>	12%	17%
A instituição desenvolve alguns planos estratégicos de TI, mas não de maneira periódica.	<input type="radio"/>	5%	16%
A instituição executa um processo periódico de planejamento, embora este não esteja formalmente instituído.	<input checked="" type="radio"/>	15%	30%
O processo de planejamento estratégico de TI é formalmente (aprovado e publicado) instituído.	<input type="radio"/>	54%	26%
O processo de planejamento estratégico de TI formal é acompanhado segundo indicadores e metas estabelecidos.	<input type="radio"/>	11%	7%
O processo de planejamento estratégico de TI formal é aperfeiçoado continuamente com base na análise de seus indicadores.	<input type="radio"/>	3%	3%

2.3 Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação):

Opções	Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.	<input checked="" type="checkbox"/>	80%	63%
O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de negócio.	<input type="checkbox"/>	20%	24%
O PDTI vincula os custos de TI a atividades e projetos de TI.	<input type="checkbox"/>	12%	23%
O PDTI é publicado na Internet para acesso livre.	<input type="checkbox"/>	3%	8%
O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.	<input type="checkbox"/>	5%	3%

2.4. Em relação ao processo decisório de priorização das ações e gastos de TI, assinale a opção que melhor descreve sua instituição:

Opções	Sua Resposta	Segmento JUD	Todos
As decisões acerca da priorização das ações e gastos de TI são tomadas pela área de TI.	<input type="radio"/>	12%	13%
As decisões acerca da priorização das ações e gastos de TI são tomadas pelo Comitê de TI.	<input type="radio"/>	12%	12%
As decisões acerca da priorização das ações e gastos de TI são tomadas pela Alta Administração da instituição, sem apoio de Comitê de TI ou da área de TI.	<input type="radio"/>	0%	3%
As decisões acerca da priorização das ações e gastos de TI são tomadas pela Alta Administração da instituição, com apoio da área de TI como instância consultiva.	<input checked="" type="radio"/>	55%	56%
As decisões acerca da priorização das ações e gastos de TI são tomadas pela Alta Administração da instituição, com apoio do Comitê de TI como instância consultiva.	<input type="radio"/>	20%	16%

3. CIDADÃOS

3.1 Em relação ao atendimento ao Decreto nº 6.932/2009:

Opções	Sua Resposta	Segmento JUD	Todos
Não é aplicável a esta instituição.	<input checked="" type="radio"/>	89%	57%
A instituição ainda não publicou a sua Carta de Serviços ao Cidadão.	<input type="radio"/>	6%	26%
A instituição está providenciando a publicação da sua Carta de Serviços ao Cidadão para 2010, sem incluir serviços de TI.	<input type="radio"/>	0%	3%
A instituição está providenciando a publicação da sua Carta de Serviços ao Cidadão para 2010 e incluirá serviços de TI.	<input type="radio"/>	2%	12%
A instituição já publicou a sua Carta de Serviços ao Cidadão, mas não incluiu serviços de TI.	<input type="radio"/>	2%	1%
A instituição já publicou a sua Carta de Serviços ao Cidadão e incluiu serviços de TI.	<input type="radio"/>	2%	1%

4. SOCIEDADE

4.1 Em relação ao atendimento aos interesses da sociedade, a instituição:

Opções	Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
Adota política formal de TI para conservação de recursos não renováveis, preservação dos ecossistemas e a otimização do uso dos recursos renováveis (p. ex. economia de insumos físicos, de energia elétrica etc.).	<input checked="" type="checkbox"/>	45%	36%

5. INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO

5.1. Preencha a primeira coluna com as três ações orçamentárias institucionais finalísticas de maior valor (portanto, exclui-se qualquer ação pertencente ao programa “0750.Apoio Administrativo”, como p.ex. “2000.Administração da Unidade”). A seguir, elenque os sistemas de informação de maior relevância no suporte de cada ação finalística.

Programa.Ação orçamentária (LOA)	Sigla e breve descrição do sistema	CN ¹	BM? ²
Programa.Ação (1)	Data Center - Alta Disponibilidade	1 ▼	<input type="checkbox"/>
		5 ▼	<input type="checkbox"/>
		5 ▼	<input type="checkbox"/>
Programa.Ação (2)	Processo Judicial e Administrativo Eletrônico	1 ▼	<input type="checkbox"/>
		5 ▼	<input type="checkbox"/>
		5 ▼	<input type="checkbox"/>
Programa.Ação (3)	Rede de Comunicação de Dados (Link) Entre o Tribunal e as Varas do Trabalho	1 ▼	<input checked="" type="checkbox"/>
		5 ▼	<input type="checkbox"/>
		5 ▼	<input type="checkbox"/>

¹CN (Críticidade para o negócio): se o sistema parar: (1) o negócio para imediatamente; (2) o negócio para em uma semana; (3) o negócio para em um mês; (4) o negócio é afetado, mas não para; (5) o negócio não é afetado.

²BM? (O benefício de negócio é mensurado?): o benefício (valor agregado) que o sistema traz para o alcance do(s) objetivo(s) da ação orçamentária é mensurado por meio de indicadores de negócio?

Não foi realizada análise comparativa com base nesta questão.

6. PESSOAS

6.1 Qual o quantitativo de funções comissionadas voltadas à gestão de TI?

Obs.: o valor da primeira resposta deve equivaler à soma das demais respostas.

__00004__ quantitativo total de funções comissionadas de gerenciamento e assessoramento específicas para gestão de TI.

__00001__ funções preenchidas por servidores públicos efetivos oriundos de outras instituições.

__00003__ funções preenchidas por servidores efetivos da instituição.

__00000__ funções preenchidas por pessoas que não são servidores efetivos.

__00000__ outra(s) situação(ões). Quais? _____

A partir das respostas a esta questão, calculou-se o índice de dependência de terceiros na gestão de TI (IDTG)^[4], cujo valor apurado para a instituição foi: **0,25**.

Consolidados os resultados, a distribuição desse índice nos principais segmentos e para todos é apresentada na figura abaixo:

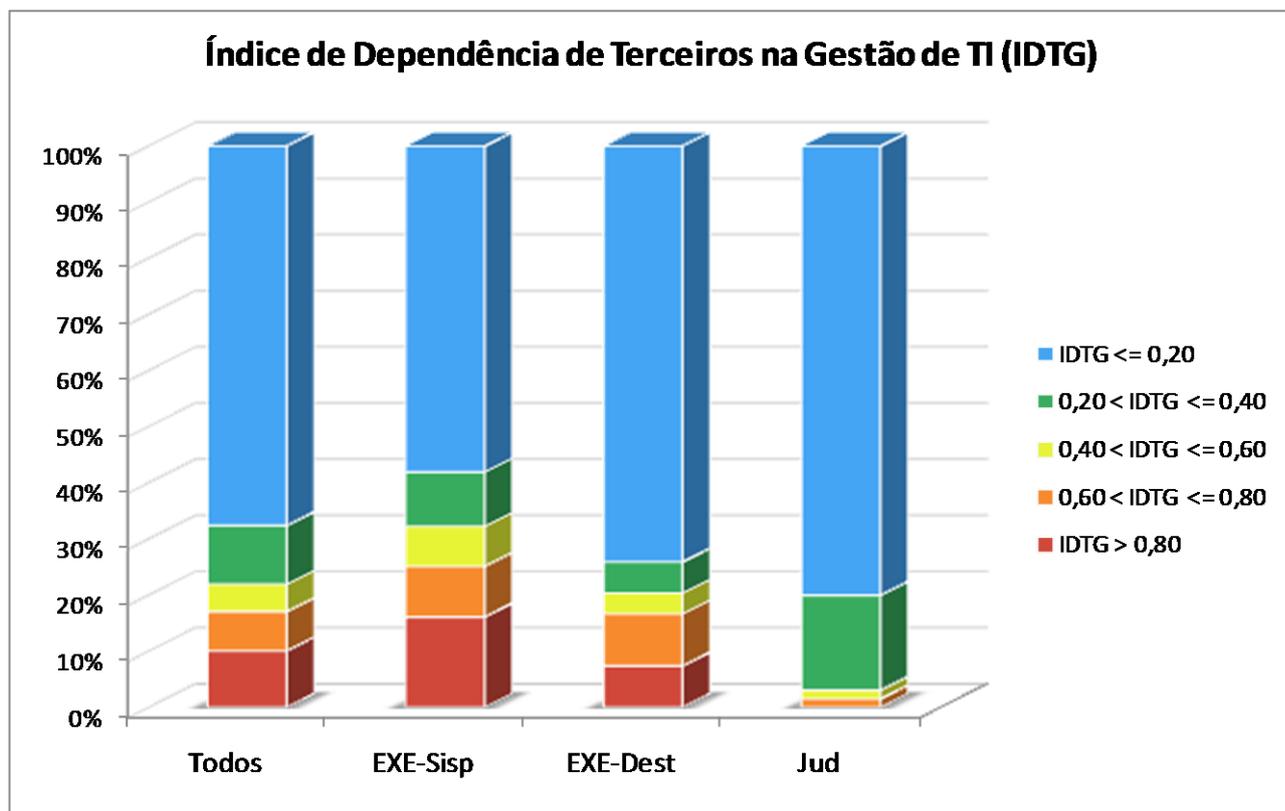


Figura 8. Dependência de terceiros na gestão de TI

6.2 Qual o quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho em TI?

Obs.: o valor da primeira resposta deve equivaler à soma das demais respostas.

- __00034__ quantitativo total da força de trabalho em TI.
- __00021__ servidores públicos efetivos da carreira de TI da própria instituição.
- __00010__ servidores públicos efetivos de outras carreiras (que não TI) da própria instituição.
- __00003__ servidores públicos cedidos de outras instituições públicas.
- __00000__ servidores públicos não efetivos em cargos de livre nomeação.
- __00000__ estagiários.
- __00000__ terceirizados que trabalham regularmente no ambiente da instituição (contratos de serviços continuados com cessão de mão de obra).
- __00000__ terceirizados que trabalham no ambiente da instituição para execução de projetos de tempo determinado.
- __00000__ outro(s). Quais? _____

Um dos aspectos avaliados a partir das respostas a esta questão foi a existência ou não de carreira própria de TI. Também calculou-se o índice de dependência de terceiros da força de trabalho em TI (IDTF)^[5], cujo valor apurado para a instituição foi: **0,09**.

Consolidados os resultados, a distribuição desse índice nos principais segmentos e para todos é apresentada na figura abaixo:

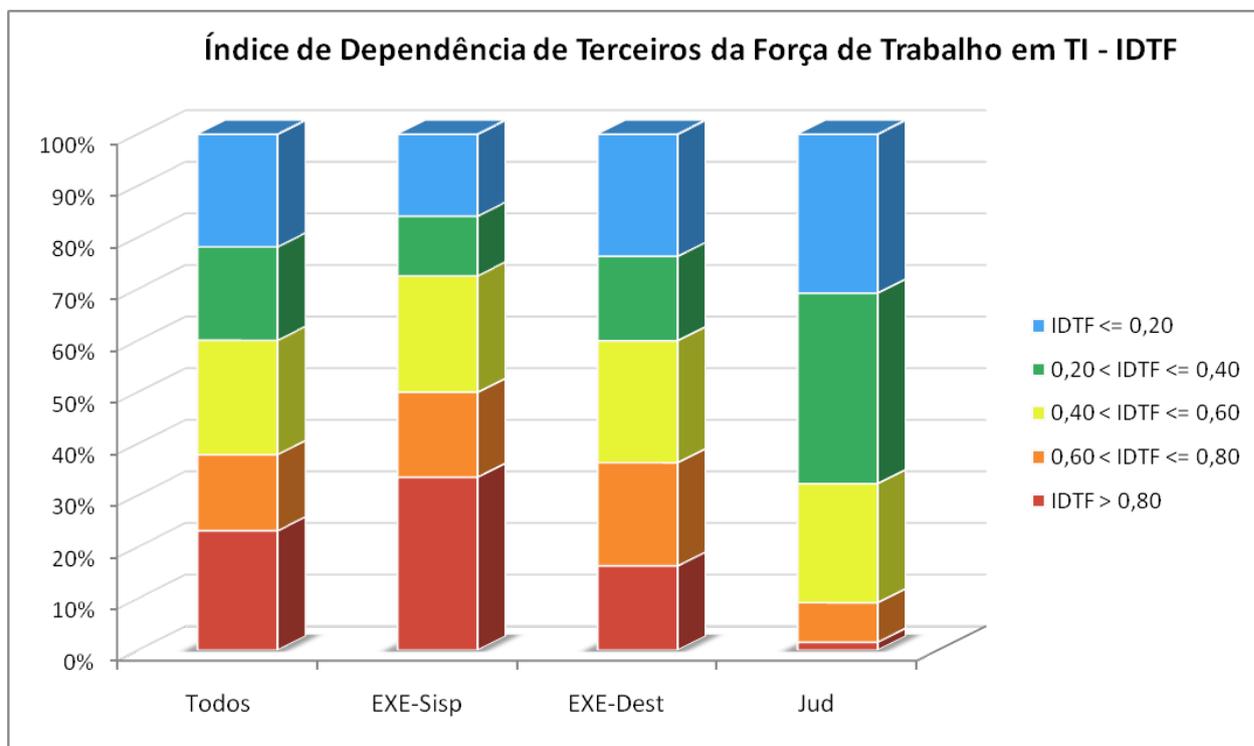


Figura 9. Índice de dependência de terceiros da força de trabalho em TI

6.3 Em relação ao plano de capacitação de pessoal para gestão de TI, assinale a opção que melhor descreve sua instituição:

Opções	Sua Resposta	Segmento JUD	Todos
Não há critério definido para avaliação e atendimento aos pedidos de capacitação em gestão de TI.	<input type="radio"/>	48%	45%
É realizada capacitação em gestão de TI do pessoal recém-ingresso, e a partir de então somente quando necessário.	<input type="radio"/>	9%	15%
A instituição elabora e executa um plano de capacitação para atender às necessidades de capacitação em gestão de TI.	<input checked="" type="radio"/>	40%	34%
A instituição mede o cumprimento do plano de capacitação e consegue identificar e corrigir desvios na sua execução.	<input type="radio"/>	2%	3%
A instituição avalia e melhora o plano da capacitação dos gestores de TI de acordo com as melhores práticas da Administração Pública e da iniciativa privada.	<input type="radio"/>	2%	4%

6.4 Em relação à qualificação do atual principal dirigente responsável pela gestão de TI na instituição, quais dos elementos abaixo ele possui:

Opções	Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
Experiência em gestão de TI ^[6]	<input checked="" type="checkbox"/>	88%	74%
Curso superior (em qualquer área não relacionada à TI).	<input checked="" type="checkbox"/>	62%	51%
Curso superior (em qualquer área relacionada à TI).	<input type="checkbox"/>	46%	46%
Pós-graduação lato sensu (especialização) não relacionada à TI.	<input checked="" type="checkbox"/>	32%	27%
Pós-graduação lato sensu (especialização) em TI, exceto gestão ou governança de TI.	<input type="checkbox"/>	32%	31%
Pós-graduação lato sensu (especialização) em gestão ou governança de TI.	<input type="checkbox"/>	20%	18%
Pós-graduação stricto sensu (mestrado/doutorado/pós-doutorado) não relacionada à TI.	<input type="checkbox"/>	3%	7%
Pós-graduação stricto sensu (mestrado/doutorado/pós-doutorado) em TI, exceto gestão ou governança de TI.	<input type="checkbox"/>	6%	14%
Pós-graduação stricto sensu (mestrado/doutorado/pós-doutorado) em gestão ou governança de TI.	<input type="checkbox"/>	5%	4%
Certificados profissionais (CGEIT, CobiT, PMP, ITIL, CISM, CISA etc.).	<input type="checkbox"/>	14%	13%
Outros elementos de qualificação considerados relevantes.	<input checked="" type="checkbox"/>	32%	24%

7. PROCESSOS

7.1 A instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os processos corporativos de segurança da informação abaixo relacionados?

Opções	Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
Inventariar todos os ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).	<input type="checkbox"/>	12%	28%
Classificar a informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou restrita).	<input checked="" type="checkbox"/>	3%	11%
Analisar os riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando, pelo menos, confidencialidade, integridade e disponibilidade.	<input checked="" type="checkbox"/>	14%	16%
Gerenciar os incidentes de segurança da informação.	<input type="checkbox"/>	12%	26%

7.2 A instituição formalizou (aprovou e publicou):

Opções	Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
A política corporativa de segurança da informação.	<input checked="" type="checkbox"/>	52%	34%
A designação de responsável(is) por implantar e acompanhar a política corporativa de segurança da informação.	<input checked="" type="checkbox"/>	63%	40%

7.3 Em que nível de capacidade/maturidade melhor se enquadra o seu atual processo de software?

Obs.: com base na ABNT NBR ISO/IEC 15.504.

Opções	Sua Resposta	Segmento JUD	Todos
Ad hoc (não há processo e nem conceito de qualidade do processo).	<input type="radio"/>	18%	19%
Inicial (não há processo nem seu controle, mas já há conceitos de qualidade de processo em implantação).	<input type="radio"/>	48%	34%
Gerenciado (há um processo informal repetido várias vezes e que implementa conceitos de qualidade de processo).	<input checked="" type="radio"/>	26%	28%
Definido (há um processo formal – aprovado e publicado – e obrigatório).	<input type="radio"/>	8%	16%
Mensurado (o processo é controlado por meio de mensurações e há metas de processo a cumprir).	<input type="radio"/>	0%	2%
Em otimização (o processo é periodicamente revisado e melhorado com base nas suas mensurações).	<input type="radio"/>	0%	1%

7.4 Em relação ao processo de gerenciamento de projetos:

Opções	Sua Resposta	Segmento JUD	Todos
A instituição não pratica o gerenciamento de projetos.	<input type="radio"/>	22%	23%
A instituição pratica o gerenciamento de projetos, mas não adota qualquer padrão interno ou de mercado.	<input checked="" type="radio"/>	43%	47%
A instituição formalizou (aprovou e publicou) um padrão interno ou de mercado para gerenciamento de projetos.	<input type="radio"/>	25%	18%
A instituição acompanha e mede o processo de gerenciamento de projetos.	<input type="radio"/>	2%	3%
A instituição melhora o processo de gerenciamento de projetos com base nas mensurações internas e nas melhores práticas de mercado.	<input type="radio"/>	9%	8%

7.5. Quais os cinco projetos de TI de maior valor orçamentário alocado em 2010?

Nome do projeto de TI	Valor total previsto (em R\$)	Data de conclusão prevista	Breve descrição	Programa.ção orçamentária
Alta Disponibilidade	730.000	dez/2010	Redundancia dos HW e SW dos principais Sistemas de TIC do TRT	061.0001
Material Permanente - Digitalização	351.000	jun/2010	Scanner de produção e multifuncionais para os procedimentos eletrônicos judiciais e administrativos do TRT13	061.0001
Projeto Pleninho	164.000	dez/2010	Equipar nova sala de sessão com tecnologia para gravação de audio de transmissão de vídeo.	061.0001
Consultorias	90.000	dez/2010	Consultoria em Zopo Plone: Tecnologia para os portais do TRT13 e JBOSS: Tecnologia adotada nos servidores de aplicação	061.0001
Atualização de HW	65.000	dez/2010	Atualização dos computadores do Tribunal com memória RAM e baterias para os notebooks dos magistrados	061.0001

Não foi realizada análise comparativa com base nesta questão.

7.6 A instituição implementou corporativamente os processos de gestão de serviços de TI abaixo relacionados?

Obs.: conceitos baseados na biblioteca ITIL v.3.

Opções	Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
Gestão de mudanças.	<input type="checkbox"/>	6%	17%
Constituiu um comitê técnico de gestão de mudanças.	<input type="checkbox"/>	3%	9%
Gestão de capacidade.	<input type="checkbox"/>	3%	6%
Gestão de nível de serviço.	<input type="checkbox"/>	6%	16%
Gestão de problemas.	<input type="checkbox"/>	15%	18%
Tem base de conhecimento de apoio à gestão de problemas e incidentes.	<input type="checkbox"/>	12%	12%
Gestão de incidentes.	<input type="checkbox"/>	32%	26%
Gestão de configuração.	<input type="checkbox"/>	5%	17%
Tem base de dados de gestão da configuração do ambiente computacional.	<input type="checkbox"/>	3%	11%
Gestão financeira.	<input type="checkbox"/>	8%	10%
Gestão de disponibilidade.	<input type="checkbox"/>	8%	11%
Gestão de continuidade.	<input type="checkbox"/>	6%	7%
Tem plano de continuidade de negócio em vigor (aprovado e publicado).	<input type="checkbox"/>	5%	3%
Gestão de liberação.	<input type="checkbox"/>	5%	8%

7.7 Em relação à gestão de nível de serviço de TI:

Opções	Sua Resposta	Segmento JUD	Todos
Não há um portfólio formal (aprovado e publicado) dos serviços oferecidos aos clientes.	<input type="radio"/>	85%	77%
Há um portfólio formal e atualizado dos serviços oferecidos aos clientes.	<input type="radio"/>	11%	13%
Além do item anterior, os níveis dos serviços oferecidos nesse portfólio são monitorados pela área de TI.	<input checked="" type="radio"/>	3%	6%
Além do item anterior, são feitos Acordos de Nível de Serviço (ANS) formais com as áreas de negócio clientes.	<input type="radio"/>	2%	2%
Além do item anterior, os ANS são monitorados formalmente e seus resultados relatados periodicamente aos clientes.	<input type="radio"/>	0%	1%
Além do item anterior, os resultados do monitoramento são usados para melhorar os ANS.	<input type="radio"/>	0%	1%

7.8 Em relação às contratações de serviços de TI:

Escala: (1) nunca; (2) às vezes; (3) usualmente; (4) sempre.

Opções	Sua Resposta	Segmento JUD	Todos
Nos autos, são explicitadas as necessidades de negócio que se pretendem atender com a contratação.	4 ▼	94%	90%
Nos autos, são explicitados os indicadores dos benefícios de negócio que serão alcançados.	2 ▼	33%	43%
Nos autos, são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	4 ▼	56%	62%
A análise dos benefícios reais já obtidos é usada como critério para prorrogar, ou não, o contrato.	4 ▼	77%	72%

Obs: No quadro acima, os percentuais na coluna “Segmento” e “Todos” correspondem ao somatório das respostas “usualmente” e “sempre”.

7.9 Em relação às licitações de TI publicadas em 2009:

__00012__ número total de licitações de TI.

__00003__ número de licitações por pregão presencial.

__00009__ número de licitações por pregão eletrônico.

__00010__ número de adesões (em 2009) a atas de registro de preço licitadas (em 2009 ou 2008) e gerenciadas por outras instituições (“carona”).

__00000__ número de participações (desde o planejamento) em registro de preço licitadas (em 2009) e gerenciados por outras instituições (participante).

__00000__ número de licitações para registro de preço que licitou (em 2009) e gerenciou e nas quais havia outras instituições participantes desde o planejamento da licitação (“RP conjunto”).

__00003__ número de licitações para registro de preço que licitou (em 2009) e gerenciou e nas quais NÃO havia outras instituições participantes desde o planejamento da licitação (“RP solitário”), com ou sem “caronas”.

A partir das respostas a esta questão, calculou-se o índice de utilização da modalidade de licitação pregão (IUP)^[7] e também o índice de adesão a registros de preços (IARP)^[8].

Os valores apurados para a instituição foram: IUP = 1 e IARP = 0,45.

Consolidados os resultados, a distribuição desses índices nos principais segmentos e para todos é apresentada nas figuras abaixo:

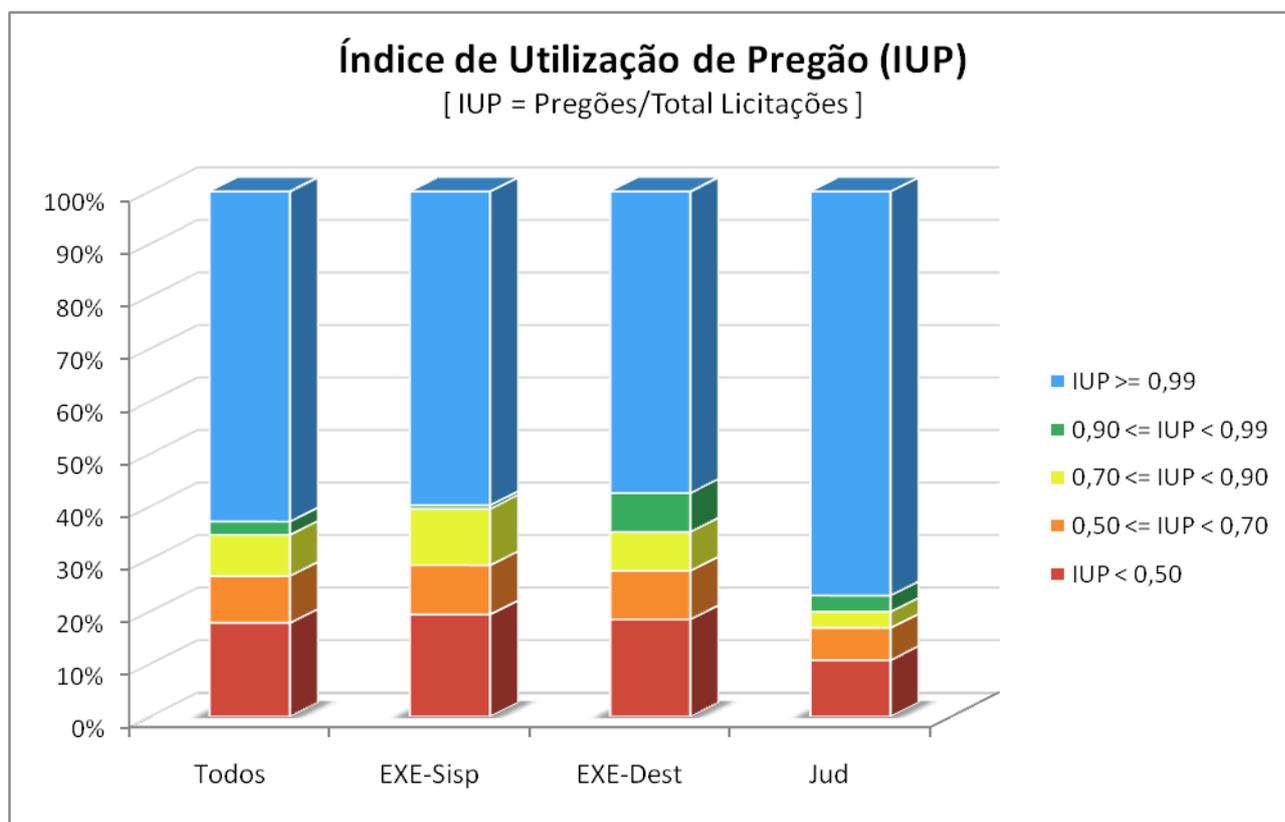


Figura 10. Índice de utilização de pregão

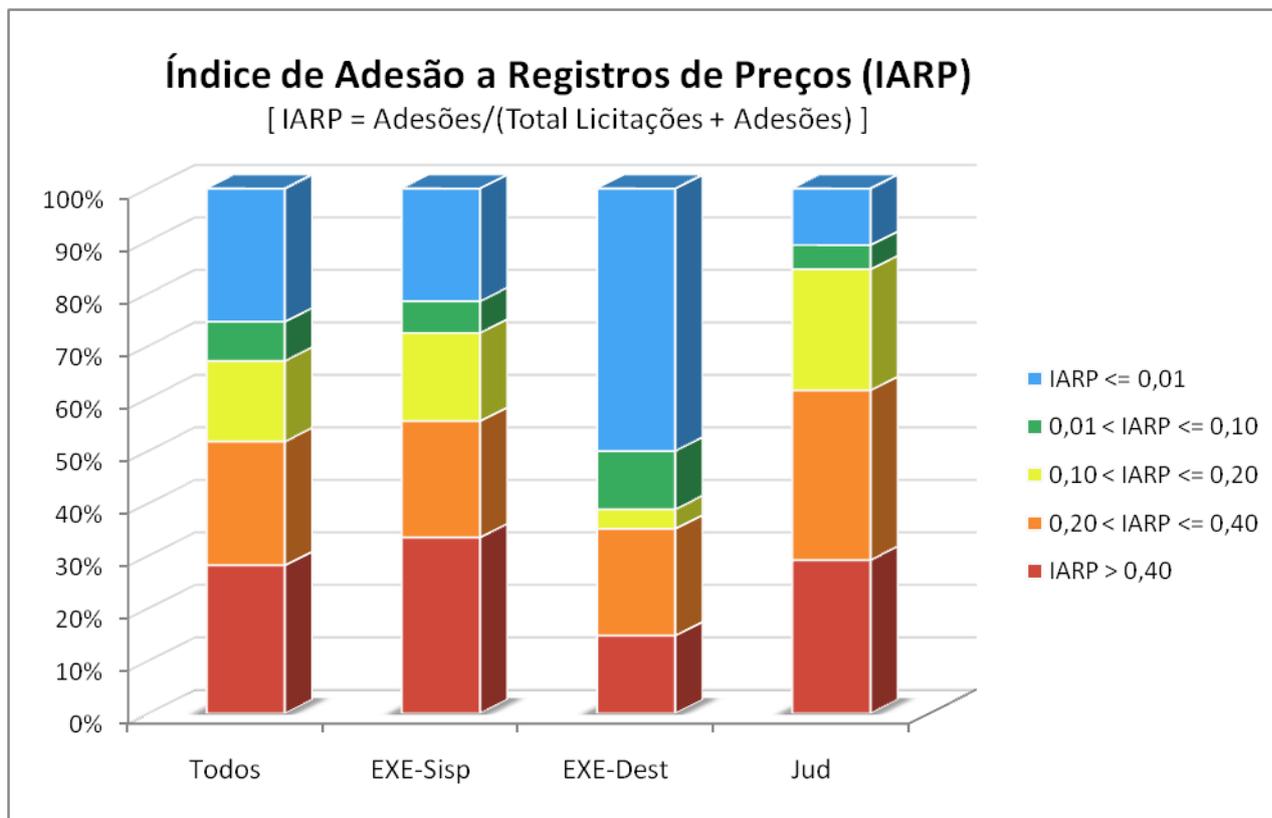


Figura 11. Índice de adesão a registro de preços

7.10 Em relação à fase de planejamento da contratação em TI, em qual das descrições abaixo a instituição se encaixa melhor?

Opções	Sua Resposta	Segmento JUD	Todos
As contratações de TI são feitas conforme os procedimentos legais e à medida que as demandas vão surgindo.	<input type="radio"/>	31%	40%
Além dos procedimentos legais, há procedimentos internos que auxiliam na padronização do processo de planejamento das contratações.	<input checked="" type="radio"/>	57%	46%
Além dos procedimentos legais, há processo de trabalho para planejar as contratações de TI, publicado como norma própria e de cumprimento obrigatório.	<input type="radio"/>	9%	9%
Além do item anterior, o cumprimento do processo de planejamento da contratação é medido e controlado.	<input type="radio"/>	0%	4%
Além do item anterior, o processo de planejamento é melhorado com base nas mensurações obtidas.	<input type="radio"/>	3%	2%

7.11 Em relação à fase de gestão dos contratos de TI, em qual das descrições abaixo a instituição se encaixa melhor?

Opções	Sua Resposta	Segmento JUD	Todos
As diretrizes legais são observadas, mas há grande variação nos procedimentos adotados.	<input type="radio"/>	32%	34%
As diretrizes legais são observadas e os procedimentos reconhecidos como boas práticas são disseminados internamente e praticados.	<input type="radio"/>	31%	37%
Além do item anterior, o processo de gestão de contratos é formalizado (aprovado e publicado) em norma própria e é de cumprimento obrigatório.	<input checked="" type="radio"/>	29%	20%
Além do item anterior, o cumprimento do processo de gestão de contratos publicado é medido e controlado.	<input type="radio"/>	6%	7%
Além do item anterior, o processo de gestão de contratos é melhorado com base nas mensurações obtidas.	<input type="radio"/>	2%	3%

7.12 Em relação aos papéis “gestor de contrato” e “fiscal de contrato” de serviços de TI:

Opções		Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
Esses papéis são considerados distintos um do outro ^[9] .		<input type="radio"/>	43%	52%
Esses papéis são considerados equivalentes.		<input checked="" type="radio"/>	57%	48%
GESTOR	Há norma interna que defina as atribuições do papel?	<input checked="" type="checkbox"/>	51%	42%
	É designado formalmente?	<input checked="" type="checkbox"/>	65%	63%
	São designadas somente pessoas treinadas para o papel?	<input checked="" type="checkbox"/>	22%	25%
	Há programa de capacitação específico para o exercício do papel?	<input type="checkbox"/>	18%	24%
	Há algum tipo de compensação financeira adicional pelo exercício do papel?	<input type="checkbox"/>	0%	4%
FISCAL	Há norma interna que defina as atribuições do papel?	<input checked="" type="checkbox"/>	51%	40%
	É designado formalmente?	<input checked="" type="checkbox"/>	69%	67%
	São designadas somente pessoas treinadas para o papel?	<input checked="" type="checkbox"/>	17%	24%
	Há programa de capacitação específico para o exercício do papel?	<input type="checkbox"/>	18%	21%
	Há algum tipo de compensação financeira adicional pelo exercício do papel?	<input type="checkbox"/>	0%	1%

7.13 Em relação à gestão de contratos de serviços de TI, de quem é a responsabilidade por:

	Opções	Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
Área de Negócio	Monitorar a execução contratual do ponto de vista de resultados de negócio?	<input type="checkbox"/>	18%	35%
	Monitorar o cumprimento das cláusulas contratuais e das obrigações fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciárias?	<input type="checkbox"/>	6%	4%
	Monitorar a execução técnica dos serviços contratados?	<input type="checkbox"/>	5%	7%
	Gerir o contrato com base em resultados (Decreto nº 2.271/1997, art. 6º)?	<input type="checkbox"/>	8%	10%
	Acompanhar e fiscalizar o contrato (Lei nº 8.666/1993, art. 67)?	<input type="checkbox"/>	6%	9%
Área Administrativa	Monitorar a execução contratual do ponto de vista de resultados de negócio?	<input type="checkbox"/>	11%	10%
	Monitorar o cumprimento das cláusulas contratuais e das obrigações fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciárias?	<input checked="" type="checkbox"/>	80%	75%
	Monitorar a execução técnica dos serviços contratados?	<input type="checkbox"/>	0%	4%
	Gerir o contrato com base em resultados (Decreto nº 2.271/1997, art. 6º)?	<input type="checkbox"/>	12%	20%
	Acompanhar e fiscalizar o contrato (Lei nº 8.666/1993, art. 67)?	<input type="checkbox"/>	23%	40%
Área de TI	Monitorar a execução contratual do ponto de vista de resultados de negócio?	<input checked="" type="checkbox"/>	80%	66%
	Monitorar o cumprimento das cláusulas contratuais e das obrigações fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciárias?	<input type="checkbox"/>	57%	52%
	Monitorar a execução técnica dos serviços contratados?	<input checked="" type="checkbox"/>	98%	93%
	Gerir o contrato com base em resultados (Decreto nº 2.271/1997, art. 6º)?	<input checked="" type="checkbox"/>	65%	61%
	Acompanhar e fiscalizar o contrato (Lei nº 8.666/1993, art. 67)?	<input checked="" type="checkbox"/>	94%	82%

7.14 Em contratações de TI, quais fontes de informação sobre preços são usadas em cada caso?

Escala: (1) nunca; (2) às vezes; (3) usualmente; (4) sempre.

Opções		Sua Resposta	Segmento JUD	Todos
Em Contratações	Cotação de preços junto a fornecedores.	4 ▼	97%	94%
	Preços em contratações similares aos de outras instituições públicas.	4 ▼	65%	57%
	Tabelas de preços divulgadas na mídia especializada.	4 ▼	30%	33%
	Pesquisa em sítios de compras eletrônicas governamentais.	4 ▼	57%	53%
	Atas de registro de preço em vigor.	4 ▼	69%	63%
	Consulta a sítios de fornecedores na Internet.	4 ▼	69%	64%
Em Prorrogações	Cotação de preços junto a fornecedores.	4 ▼	86%	78%
	Preços em contratações similares aos de outras instituições públicas.	4 ▼	55%	47%
	Tabelas de preços divulgadas na mídia especializada.	4 ▼	23%	25%
	Pesquisa em sítios de compras eletrônicas governamentais.	4 ▼	49%	41%
	Atas de registro de preço em vigor.	4 ▼	57%	45%
	Consulta a sítios de fornecedores na Internet.	4 ▼	53%	47%
Em Repactuações	Cotação de preços junto a fornecedores.	4 ▼	78%	69%
	Preços em contratações similares aos de outras instituições públicas.	4 ▼	50%	42%
	Tabelas de preços divulgadas na mídia especializada.	4 ▼	26%	26%
	Pesquisa em sítios de compras eletrônicas governamentais.	4 ▼	51%	40%
	Atas de registro de preço em vigor.	4 ▼	53%	41%
	Consulta a sítios de fornecedores na Internet.	4 ▼	54%	44%

Obs: No quadro acima, os percentuais na coluna “Segmento” e “Todos” correspondem ao somatório das respostas “usualmente” e “sempre”.

7.15 Em relação à orçamentação e à execução da despesa de TI:

Opções	Sua(s) Resposta(s)	Segmento JUD	Todos
A solicitação de orçamento de TI é feita com base na estimativa dos custos das contratações previstas.	<input checked="" type="checkbox"/>	94%	81%
Há alocação de custos de TI por área de negócio.	<input type="checkbox"/>	8%	16%
A execução da despesa de TI é acompanhada pela área de TI.	<input checked="" type="checkbox"/>	88%	70%
A execução da despesa de TI é acompanhada pela Alta Administração da instituição.	<input checked="" type="checkbox"/>	80%	71%
A classificação das despesas de TI é de responsabilidade da área de TI.	<input type="checkbox"/>	12%	17%
A classificação das despesas de TI é de responsabilidade da área contábil/orçamentária da instituição.	<input checked="" type="checkbox"/>	85%	71%
A gestão do orçamento de TI é centralizada na área de TI.	<input type="checkbox"/>	28%	26%

NOTAS

¹ Número (N) de respondentes

O número total de respondentes, na data do fechamento do relatório para entrega ao Ministro-Relator, foi de duzentos e sessenta e cinco. Entretanto, o número de respondentes considerados nos percentuais mostrados na “Terceira Parte” deste documento é variável e calculado no momento da geração, podendo ser maior que duzentos e sessenta e cinco. Isso é devido ao fato de que o banco de dados continua a ser atualizado com questionários recebidos das instituições após o fechamento do relatório técnico. Portanto, pode haver pequenas diferenças entre os percentuais por segmento, por tipo de instituição e para todos mostrados neste documento e os percentuais publicados no relatório que subsidiou o Acórdão nº 2.308/2010-TCU-Plenário. Igualmente, pode haver diferenças nos valores de tais percentuais entre diferentes versões do documento (geradas em datas ou horários distintos). Ressalte-se, entretanto, que as variações causadas pelas inclusões posteriores são mínimas e não afetam consideravelmente os resultados das análises previamente efetuadas.

² Método de Cálculo do iGovTI

DIMENSÃO (Questionário 2010)	MÉTODO DE CÁLCULO (linguagem: Microsoft Visual Basic for Applications)
Índice de Governança de TI	$iGovTI = ([iGov_Q1]*110+[iGov_Q2]*60+[iGov_Q6]*90+[iGov_Q7]*110)/370$
Liderança (Q1)	$iGov_Q1 = [iGov_Q1-1]*0.4 + [iGov_Q1-2]*0.2 + [iGov_Q1-3]*0.1 + [iGov_Q1-4]*0.3$ Onde: $[iGov_Q1-1] = ([Q11a]*0.2 + [Q11b]*0.2 + [Q11c]*0.2 + [Q11d]*0.4)*IIf([Q11e]="0",1,0)$ $[iGov_Q1-2] = ([Q12a]*0.1 + [Q12b]*0.2 + [Q12c]*0.3 + [Q12d]*0.4)*IIf([Q12e]="0",1,0)$ $[iGov_Q1-3] = ([Q13a]*0.25 + [Q13b]*0.25 + [Q13c]*0.25 + [Q13d]*0.25)*IIf([Q13e]="0",1,0)$ $[iGov_Q1-4] = IIf([Q14a]="0",1,0)*([Q14b]*0.1 + [Q14c]*0.2 + [Q14d]*0.1 + [Q14e]*0.2 + [Q14f]*0.3 + [Q14g]*0.1)$
Estratégias e Planos (Q2)	$iGov_Q2 = ([iGov_Q2-1]*0.1 + [iGov_Q2-2]*0.2 + [iGov_Q2-3]*0.3 + [iGov_Q2-4]*0.4$ Onde: $[iGov_Q2-1] = [Q21]-1)/6$ $[iGov_Q2-2] = ([Q22]-1)/6$ $[iGov_Q2-3] = IIf([Q23a]="0",1,0)*([Q23a]*0.2 + [Q23b]*0.4 + [Q23c]*0.2 + [Q23d]*0.1 + [Q23e]*0.1)$ $[iGov_Q2-4] = ([Q24]-1)/5$
Pessoas (Q6)	$iGov_Q6 = [IAG]*0.4 + [IAQP]*0.1 + [iGov_Q63]*0.3 + [iGov_Q64]*0.2$ Onde: $SomaFC = CInt([Q61b]) + CInt([Q61c]) + CInt([Q61d]) + CInt([Q61e])$ $TotalFC = IIf([SomaFC]>CInt([Q61a]),[SomaFC],CInt([Q61a]))$ $IAG = IIf([TotalFC]=0,0,(CInt([Q61c])/[TotalFC]))$ $SomaQP = CInt([Q62b]) + CInt([Q62c]) + CInt([Q62d]) + CInt([Q62e]) + CInt([Q62f]) + CInt([Q62g]) + CInt([Q62h]) + CInt([Q62i])$ $TotalQP = IIf([SomaQP]>CInt([Q62a]),[SomaQP],CInt([Q62a]))$ $IAQP = IIf([TotalQP]=0,0,(CInt([Q62b]) + CInt([Q62c])/[TotalQP]))$ $iGov_Q63 = [Q63]/5$ $iGov_Q64 = IIf([Q64a]="1" And CInt([Q64a_det])>=4,0.7,0) + IIf([Q64f]="1" Or [Q64i]="1",0.3,IIf([Q64e]="1" Or [Q64h]="1",0.2,IIf([Q64j]="1",0.1,0)))$

<p>Processos (Q7)</p>	<p>iGov_Q7 = [SEG]*0.2 + [PSW]*0.1 + [PRJ]*0.2 + [SM]*0.25 + [PLC]*0.08 + [GCT]*0.09 + [OTI]*0.08</p> <p>Onde:</p> <p>SEG = [Q71a]*0.125 + [Q71b]*0.125 + [Q71c]*0.125*[Q71d]*0.125 + [Q72a]*0.25 + [Q72b]*0.25</p> <p>PSW = [Q73]/6</p> <p>PRJ = [Q74]*0.8/5 + If(IsNull([Q75a2]) Or [Q75a2]="",0,If(CCur([Q75a2])<99,0,0.06)) + If(IsNull([Q75b2]) Or [Q75b2]="",0,If(CCur([Q75b2])<99,0,0.05)) + If(IsNull([Q75c2]) Or [Q75c2]="",0,If(CCur([Q75c2])<99,0,0.04)) + If(IsNull([Q75d2]) Or [Q75d2]="",0,If(CCur([Q75d2])<99,0,0.03)) + If(IsNull([Q75e2]) Or [Q75e2]="",0,If(CCur([Q75e2])<99,0,0.02))</p> <p>SM = [Q76a2]*0.08 + [Q76b]*0.04 + [Q76c]*0.08 + [Q76d2]*0.08 + [Q76e]*0.04 + [Q76f2]*0.08 + [Q76g]*0.04 + [Q76h]*0.04 + [Q76i2]*0.08 + [Q76j]*0.04 + 0.4*([Q77]-1)/5</p> <p>TotLic = If(CInt([Q79b]) + CInt([Q79c])>CInt([Q79a]),CInt([Q79a]) + CInt([Q79b]) + CInt([Q79c]),CInt([Q79a]))</p> <p>PLC = [Q78a]/4*0.08 + [Q78b]/4*0.08 + [Q78c]/4*0.08 + [Q78d]/4*0.08 + If(CInt([Q79a])=0,0,0.28*CInt([Q79c])/[TotLic]) + 0.4*([Q710]-1)/5</p> <p>GCT = 0.35*([Q711]-1)/5 + If([Q712a1]="1" Or [Q712a2]="1",0,07,0) + If([Q712b1]="1" Or [Q712b2]="1",0,07,0) + If([Q712c1]="1" Or [Q712c2]="1",0,07,0) + If([Q712d1]="1" Or [Q712d2]="1",0,07,0) + If([Q712e1]="1" Or [Q712e2]="1",0,07,0) + If([Q713a1]="1",0,04,If([Q713a2]="1",0,03,If([Q713a3]="1",0,02,If([Q713a4]="1",0,01,0)))) + If([Q713b2]="1",0,04,If([Q713b3]="1",0,03,If([Q713b1]="1",0,02,If([Q713b4]="1",0,01,0)))) + If([Q713c3]="1",0,04,If([Q713c2]="1",0,03,If([Q713c1]="1",0,02,If([Q713c4]="1",0,01,0)))) + If([Q713d2]="1",0,04,If([Q713d3]="1",0,03,If([Q713d1]="1",0,02,If([Q713d4]="1",0,01,0)))) + If([Q713e3]="1",0,04,If([Q713e2]="1",0,03,If([Q713e1]="1",0,02,If([Q713e4]="1",0,01,0)))) + (1*([Q714a1]*2 + [Q714a2] + [Q714a3]-4) + 3*([Q714b1]*2 + [Q714b2] + [Q714b3]-4) + 1*([Q714c1]*2 + [Q714c2] + [Q714c3]-4) + 2*([Q714d1]*2 + [Q714d2] + [Q714d3]-4) + 2*([Q714e1]*2 + [Q714e2] + [Q714e3]-4) + 1*([Q714f1]*2 + [Q714f2] + [Q714f3]-4))/1200</p> <p>OTI = [Q715a]*0.3 + [Q715b]*0.1 + If([Q715d]="1",0,2,If([Q715c]="1",0,1,0)) + If([Q715f]="1",0,2,If([Q715e]="1",0,1,0)) + [Q715g]*0.2</p>
------------------------------	---

³ Cálculo de um resultado equivalente a um “sim” no Questionário 2007

QUESTÃO 2007	CÁLCULO FEITO COM OS DADOS DE 2010 (linguagem: Microsoft Visual Basic for Applications)
Q1	Q21 >= 3
Q2	Q23a = 0
Q3	Q24 = 2 Or Q24 = 5
Q4	(Nz(Q61c, 0) + Nz(Q62b, 0) + Nz(Q62c, 0)) > 0
Q5	Nz(Q61a, 0) > 0
Q6	questão excluída da comparação
Q7	Nz(Q62b, 0) > 0
Q8	Q13d = 1
Q9	Q72b = 1
Q10	Q76i2 = 1
Q11	Q72a = 1
Q12	Q71b = 1
Q13	Q71c = 1
Q14	questão excluída da comparação
Q15	Q71d = 1
Q16	questão excluída da comparação

Q17	Q76a = 1
Q18	Q76b = 1
Q19	Q73 >= 3 Em 2007, ter “alguma” (qualquer) metodologia já valia um SIM
Q20	Q71a = 1 Or Q77 > 1
Q21	Q76c = 1 Or Q77 >= 4
Q22	Q711 >= 4 Or ((Q713d1 = 1 Or Q713d2 = 1 Or Q713d3 = 1 Or Q713d4 = 1) And Q711 >= 3)
Q23	Q710 >= 3
Q24	Q78b >= 2 And Q78c >= 3
Q25	Q78b >= 3
Q26	((-1) * (Q714a1 >= 3) + (-1) * (Q714b1 >= 3) + (-1) * (Q714c1 >= 3) + (-1) * (Q714d1 >= 3) + (-1) * (Q714e1 >= 3) + (-1) * (Q714f1 >= 3)) > 1
Q27	questão excluída da comparação
Q28	Q711 >= 3
Q29	Q712b1 = 1 Or Q712b2 = 1
Q30	questão excluída da comparação
Q31	questão excluída da comparação
Q32	Q713b3 = 1
Q33	Q713c1 = 1 Or Q713c2 = 1 Or Q713c3 = 1 Or Q713c4 = 1
Q34	questão excluída da comparação
Q35	Q715a = 1
Q36	questão excluída da comparação
Q37	Q715c = 1 Or Q715d
Q38	questão excluída da comparação
Q39	Q14b = 1 Or Q14c = 1 Or Q14d = 1 Or Q14e = 1 Or Q14f = 1 Or Q14g = 1

4 Índice de dependência de terceiros na gestão de TI (IDTG)

Índice = (campo “b” + campo “d”) / campo “a”

5 Índice de dependência de terceiros da força de trabalho em TI (IDTF)

Índice = (TotalPessoas - EquipePropria) / TotalPessoas

EquipePropria = campo “b” + campo “c”

Soma = (campo “b” + campo “c” + campo “d” + campo “e” + campo “f” + campo “g” + campo “h” + campo “i”)

TotalPessoas = campo “a” ou, se Soma > campo “a”, então TotalPessoas = Soma

6 Experiência do Gestor de TI

Esclarecemos que, **excepcionalmente**, durante o tratamento dos dados, a resposta a essa questão foi ajustada, razão por que pode ser mostrada aqui resposta diferente daquela originalmente fornecida pela instituição. O ajuste consistiu em considerar que o gestor **não** possui experiência quando o tempo informado foi menor do que quatro anos, que corresponde a um ciclo de planejamento plurianual completo da Administração Pública.

7 Índice de utilização da modalidade de licitação pregão (IUP)

TotalLicitações = Se campo “b” + campo “c” > campo “a”, então é campo “a” + campo “b” + campo “c”, senão é campo “a”

Pregão = campo “b” + campo “c”

INUP = Se TotalLicitações=0, então é 0, senão é (TotalLicitações - Pregão) / TotalLicitações

IUP = 1 - INUP

⁸ Índice de adesão a registros de preços (IARP)

IARP = Se TotalLicitações + campo “d” = 0, então é 0, senão é campo “d” / (TotalLicitações + campo “d”)

⁹ Esclarecimentos sobre “Gestor do Contrato” e “Fiscal do Contrato”

O comando da Lei nº 8.666/1993 é o seguinte:

“Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.” (grifamos)

No Decreto nº 2.271/1997 consta que:

“Art. 6º A administração indicará um gestor do contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.” (grifamos)

Vê-se que a legislação não é contundente na diferenciação desses papéis, mas oferece alguns elementos que permitem diferenciá-los com base no princípio da segregação de funções, conforme exposto a seguir.

Origem dos termos: a legislação não utiliza o termo “fiscal de contrato”, mas apenas “representante da Administração” responsável pelo acompanhamento e fiscalização (donde surgiu o termo “fiscal”) do contrato (Lei nº 8.666/1993, art. 67). Já o termo “gestor” é explicitamente adotado no artigo 6º do Decreto nº 2.271/1997.

Eficácia x efetividade: tanto a Lei nº 8.666 quanto o Decreto nº 2.271 atribuem ao fiscal e ao gestor a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mas o Decreto nº 2.271/1997 atribui a responsabilidade adicional pelo alcance dos resultados esperados da realização do contrato e que foram estabelecidos pela autoridade máxima. Nesse sentido, o gestor parece ter uma função mais gerencial, recebendo autoridade sobre todos os recursos necessários à produção dos resultados esperados, inclusive sobre o recurso “fiscal”. Já o fiscal teria uma função mais técnica de acompanhamento e fiscalização por meio da observação direta e diária da execução contratual, por meio da anotação de todas as ocorrências relevantes (positivas ou negativas) e por meio da determinação de regularização das faltas ou defeitos observados (Lei nº 8.666, art. 67). Porém, nesse mesmo artigo, registra-se que *“as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante [fiscal] deverão ser solicitadas a seus superiores [gestores] em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes”*. Assim, fica evidente que o fiscal não detém autoridade sobre todos os recursos necessários para a produção de resultados, razão pela qual se intui que seu papel seja de caráter técnico e não gerencial. Portanto, ao fiscal incumbiria garantir que seja feito o que o contrato prevê (eficácia) e ao gestor incumbiria garantir que, por meio da eficácia do contrato e de outros elementos necessários, sejam alcançados os resultados pretendidos com a contratação (efetividade).

Decisão sobre o pagamento: a Lei nº 8.666, art. 73, I, “a” e “b”, estabelece que o fiscal pratica o recebimento provisório de obras e serviços, mas que o recebimento definitivo não pode ser praticado por ele, mas por pessoa ou comissão especialmente designada para avaliar durante o prazo de observação (ou de vistoria) se o objeto é adequado aos termos contratuais, o que pode estar relacionado à produção de resultados não mensuráveis pela observação direta do objeto, mas somente pela observação (indireta) dos seus efeitos ao longo do tempo. Por exemplo, um programa de computador feito sob encomenda pode ser recebido provisoriamente pelo fiscal técnico da área de TI diante do cumprimento de requisitos técnicos de construção, mas o seu recebimento definitivo depende da observação de efetivo funcionamento sem defeitos na área destinatária desse programa, após um prazo de uso em condições reais ou próximas às condições reais (homologação da qualidade em uso).

As seguintes definições, adaptadas do livro “Gestão da Terceirização e Gestão de Contratos”, de Jerônimo Leiria (Editora Leiria & Pietzsch, 2006), indicam de forma mais precisa a diferença entre os papéis:

Gestor de Contratos é aquele que, por delegação, tem a função de administrar contratos desde o início até o seu final.

Fiscal de contratos é aquele que, por delegação, tem a função de administrar uma parte focal do contrato. Usualmente, esse profissional atua após a realização da contratação ou por segmento, tais como fiscalização técnica, fiscalização trabalhista e previdenciária, fiscalização administrativa etc.

No que se refere ao gestor de contratos, entendimento semelhante ao acima vem sendo adotado em normas recentes, tal como a Instrução Normativa nº 4/SLTI/2008, do Ministério do Planejamento, que atribui a ele responsabilidades que vão desde a fase de planejamento da contratação até a fase de gerenciamento (execução) do contrato, inclusive. Dentre outras, a norma atribui as seguintes tarefas ao Gestor do Contrato: análise de riscos da



contratação, construção do Termo de Referência ou Projeto Básico, elaboração de plano de inserção da contratada, monitoramento da execução (com apoio do requisitante e da área de TI) e recebimento dos serviços.

Pode-se ver que, em relação a um contrato específico, o Gestor do Contrato atua em todas as fases da contratação, realizando precipuamente atividades de planejamento, coordenação e controle, enquanto o Fiscal de Contrato atua apenas na fase de execução, normalmente em tarefas especializadas.